

All correspondence referring to announcements and subscription of Government Gazette must be addressed to its administration office. Literary publications will be advertised free of charge provided two copies are offered.

Toda a correspondência relativa a anúncios e à assinatura do *Boletim Oficial* deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se receberem dois exemplares anunciam-se gratuitamente



SUBSCRIPTION RATES — ASSINATURA

	YEARLY (Annual)	HALF-YEARLY (Semestral)	QUARTERLY (Trimestral)
All 3 series (As 3 series)	Rs. 40/-	Rs. 24/-	Rs. 18/-
I Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-
II Series	Rs. 16/-	Rs. 10/-	Rs. 8/-
III Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-

Postage is to be added when delivered by mail —
Acréscer o porte quando remetido pelo correio

GOVERNMENT GAZETTE

BOLETIM OFICIAL

(Tradução)

GOVERNMENT OF GOA, DAMAN
AND DIU

GOVERNO DE GOA, DAMÃO
E DIO

ORDER

Portaria

10/9/62 — Cus.

10/9/62 — Cus.

In exercise of the powers vested in me under paragraph 2 of the Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962, read with Decree-Law No. 28778 dated 22-6-1938, and notwithstanding anything to the contrary contained in any law for the time being in force in these Territories, I hereby make the following Order:

1. This Order may be called «The Customs Adaptation (No. 1) Order, 1962». It extends to the whole of the Territories of Goa, Daman and Diu. It shall come into force immediately.

2. If any goods, the importation or exportation of which is for the time being prohibited or restricted by any law or order for the time being in force in these Territories, be imported into or exported from the Territories contrary to such prohibition or restriction; or

if any attempt be made so to import or export any such goods, or

if any goods be found in any package produced to any Officer of Customs as containing no such goods, or

if any such goods, or any dutiable goods, be found either before or after landing or shipment to have been concealed in any manner on board of any vessel within the limits of any port in these Territories; or

if any goods, the exportation of which is prohibited or restricted as aforesaid, be brought to any wharf in order to be put on board of any vessel for exportation contrary to such prohibition or restriction,

such goods shall be liable to confiscation; and any person concerned in any such offence shall be liable to a penalty not exceeding three times the value of the goods, or not exceeding one thousand rupees.

No uso das faculdades que me são conferidas pelo n.º 2 de «The Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962», conjugado com o Decreto-Lei n.º 28 778, de 22 de Junho de 1938, e sem embargo do disposto em qualquer lei presentemente em vigor neste território, determino o seguinte:

1. Esta portaria denominar-se-á «Portaria de Adaptação da Legislação Aduaneira (N.º 1), de 1962». Será extensiva a todo o território de Goa, Damão e Dio.

2. Se quaisquer mercadorias, cuja importação ou exportação está presentemente proibida ou restrita por qualquer lei, portaria ou despacho presentemente em vigor nestes territórios, forem importadas ou exportadas destes territórios, em contravenção dessa proibição ou restrição; ou

se for feita qualquer tentativa de importar ou de exportar quaisquer dessas mercadorias, ou

se quaisquer dessas mercadorias forem encontradas em qualquer embalagem apresentada a qualquer oficial das Alfândegas com declaração de não conter nenhuma dessas mercadorias, ou

se quaisquer dessas mercadorias, ou quaisquer outras sujeitas a direitos aduaneiros, forem encontradas, quer antes ou depois do desembarque ou embarque, ocultas de qualquer forma a bordo de qualquer embarcação dentro dos limites de qualquer porto nestes territórios; ou

se quaisquer mercadorias, cuja exportação está proibida ou restrita, nas condições acima referidas, forem transportadas para qualquer cais para serem postas a bordo de qualquer embarcação para fins de exportação, em contravenção dessa proibição ou restrição, tais mercadorias estarão sujeitas a serem confiscadas; e qualquer pessoa implicada em tal infracção ficará sujeita a uma multa que não excederá o triplo do valor das mercadorias, ou que não exceda mil rupias.

3. Any package in which any goods liable to confiscation are found, is also liable to confiscation.

Every vessel, cart or other means of conveyance, and every horse or other animal used in the removal or any goods liable to confiscation under this Order or under any other provision of the Customs law shall in like manner be liable to confiscation.

The confiscation of any vessel includes her tackle, apparel and furniture.

4. In every case in which anything is liable to confiscation or any person is liable to penalty, such confiscation or penalty may be adjudged,

- (a) without limit by the Director of Customs Services;
- (b) upto confiscation of goods not exceeding five thousand rupees in value, and imposition of penalty not exceeding five hundred rupees by the Director de Alfandega, Marmagao or Panjim;
- (c) upto confiscation of goods not exceeding five hundred rupees in value, and imposition of penalty not exceeding fifty rupees by the Director de Alfandega, Daman or Diu;

Provided that the Government may confer on any officer, by name or in virtue of his office, the powers indicated in sub-clause (a), (b) or (c) of this clause.

5. Whenever confiscation is authorised by this Order, the Officer adjudging it may give the owner of the goods an option to pay in lieu of confiscation such fine as the officer thinks fit. Payment of the fine notwithstanding, the goods shall be liable to Customs duties and other charges normally leviable thereon.

6. When any article is confiscated under clause 4 the ownership of such article shall thereupon vest in the Government of India. The officer adjudging confiscation shall take and hold possession of the thing confiscated, and every officer of Police, on the requisition of such officer, shall assist him in taking and holding such possession.

7. The award of any confiscation or penalty under this Order by an officer of Customs shall not prevent the infliction of any punishment to which the person affected thereby is liable under any other law.

8. Any person deeming himself aggrieved by any decision or order passed by an officer of Customs under this Order may, within three months from the date of such decision or order, appeal therefrom to:

- (a) The Government of Goa, Daman and Diu when the decision or order appealed against is passed by the Director of Customs Services;
- (b) The Director of Customs Services in every other case. The appellate authority may thereupon make such further enquiry and pass such order as it thinks fit, confirming, altering or annulling the decision or order appealed against.

3. Está igualmente sujeita a ser confiscada qualquer embalagem na qual for encontrada mercadoria sujeita ao confisco.

Todas as embarcações, carretas ou outros meios de transporte, bem como todos os cavalos ou outros animais utilizados no transporte de quaisquer mercadorias sujeitas ao confisco, ao abrigo desta portaria ou ao abrigo de qualquer outra disposição das leis aduaneiras, ficarão, de igual modo, sujeitas ao confisco.

O confisco de qualquer embarcação incluirá todos os seus aprestos, aparelhagem e mobiliário.

4. Tratando-se de qualquer objecto sujeito ao confisco ou de qualquer pessoa sujeita a multa, tal confisco ou multa poderá ser imposta:

- (a) Pelo director dos Serviços das Alfândegas, sem restrição;
- (b) Pelo director da Alfândega de Mormugão ou Pangim, tratando-se do confisco de mercadorias de valor não excedente a cinco mil rupias e imposição de multa não excedente a quinhentas rupias;
- (c) Pelo director da Alfândega de Damão ou Dio, tratando-se do confisco de mercadorias de valor não excedente a quinhentas rupias e imposição de multa não excedente a cinquenta rupias.

O Governo poderá delegar em qualquer official, em seu nome individual, ou no da Repartição a que pertence, os poderes indicados nas alíneas (a), (b) ou (c) deste artigo.

5. Nos casos em que o confisco é autorizado por esta portaria, o official que o tenha imposto poderá dar ao dono da mercadoria a opção de pagar, em vez de confisco, uma multa que o mesmo official achar conveniente fixar. O pagamento da multa não isentará as mercadorias das imposições aduaneiras e outras taxas a que normalmente estiverem sujeitas.

6. Quando qualquer objecto for confiscado ao abrigo do artigo 4.º, ficará o mesmo, a partir desse momento, sendo propriedade do Governo da India. O official que impozer o confisco tomará conta do artigo confiscado, o qual ficará na sua posse. Qualquer official da policia, à solicitação daquele official, deverá auxiliá-lo a tomar conta do mesmo artigo.

7. O facto de se ter procedido ao confisco ou imposto uma multa, nos termos desta portaria, por um official das Alfândegas, não obstará que se aplique à pessoa envolvida no caso qualquer penalidade a que a mesma esteja sujeita nos termos do disposto em qualquer outra lei.

8. Qualquer pessoa que se considere lesada por alguma decisão ou ordem passada por um official das Alfândegas, ao abrigo desta portaria, poderá interpor recurso, no prazo de três meses a contar da data da decisão ou da ordem, ao:

- (a) Governo de Goa, Damão e Dio, quando a decisão ou ordem contra a qual se recorra seja passada pelo director dos Serviços das Alfândegas;
- (b) Director dos Serviços das Alfândegas, em todos outros casos. A autoridade de apelação poderá, em seguida, proceder as averiguações e expedir as ordens que achar convenientes, confirmando, alterando ou revogando a decisão ou ordem recorrida.

An order in appeal, subject to the revision contemplated in clause 9 shall be final.

9. An appellate authority referred to in clause 8 may of its own motion or otherwise call for and examine the record of any proceeding in which a subordinate officer of Customs has passed any decision or order under this Order for the purpose of satisfying itself as to the legality or propriety of any such decision or order and may pass such order thereon as it thinks fit.

Provided that no order prejudicial to any person shall be passed under this clause unless such person has been given a reasonable opportunity to show cause against the proposed order; and no such revision shall be done after the expiry of two years from the date of the original decision or order.

10. When any fine or penalty is leviable under this Order, the goods in respect of which such fine, or penalty is leviable shall not be removed by the owner until such fine or penalty is paid.

If any person has become liable to any such fine or penalty in respect of any goods, the Director of Alfandega may detain any other goods belonging to such person passing through the Alfandega until such fine or penalty is paid.

11. When any penalty is adjudged against any person under this Order by any Officer of Customs, such officer, if such penalty be not paid, may levy the same by the sale of any goods of the said person which may be in his charge or in charge of any other officer of Customs.

When an officer of Customs who has awarded a penalty to any person under this Order is unable to realise the unpaid amount thereof from such goods, he may notify

(a) in the case of a resident of Goa, Daman and Diu the Court of Fiscal Executions of the locality in which such person resides, the name and residence of the said person and a certificate stating the amount of penalty to be recovered and such Court shall thereupon proceed to enforce payment of the said amount in accordance with Law.

(b) in other cases, any Magistrate within the local limits of whose jurisdiction such person or any property belonging to him may be, the name and residence of the said person and the amount of penalty to be recovered and such Magistrate shall thereupon proceed to enforce payment of the said amount as if it had been a fine awarded by himself.

12. This Order shall come into effect immediately from the date of its publication in the Official Gazette.

THE LIEUTENANT GOVERNOR

T. Sivasankar

Panjim, 3rd December, 1962.

A decisão de recurso sujeita a revisão prevista no artigo 9.º, será final.

9. A autoridade de apelação referida no artigo 8.º poderá, de sua própria iniciativa ou por outra forma, avocar para si e proceder ao exame das peças de qualquer processo em que um oficial subordinado tenha dado a sua decisão ou expedido uma ordem ao abrigo desta portaria, com o fim de se convencer quanto a legalidade ou acerto de qualquer decisão ou ordem, e após isso poderá expedir a ordem que achar conveniente.

Nenhuma ordem, porém, prejudicial a qualquer pessoa, poderá ser expedida ao abrigo desta portaria a não ser que a essa pessoa tenha sido proporcionada razoável oportunidade para dizer o que se lhe oferecer em relação a mesma ordem; não se procederá a revisão de qualquer ordem após o termo de 2 anos contados da data da decisão ou ordem original.

10. Quando seja aplicável qualquer multa ou penalidade, ao abrigo desta portaria, as mercadorias a que as mesmas estejam sujeitas não poderão ser removidas pelo dono sem que essa multa seja paga ou cumprida a penalidade imposta.

Se qualquer pessoa ficar sujeita a qualquer multa ou penalidade, em relação a quaisquer mercadorias, o director da Alfândega poderá deter quaisquer outras mercadorias pertencentes a essa mesma pessoa, em trânsito pela Alfândega, até que a multa seja paga ou cumprida a penalidade imposta.

11. Quando alguma penalidade seja aplicada a qualquer pessoa, ao abrigo desta portaria, por um oficial das Alfândegas, o mesmo oficial, caso essa penalidade não seja cumprida, poderá efectivá-la mediante venda de quaisquer mercadorias pertencentes a mesma pessoa que estejam em seu poder ou em poder de qualquer outro oficial das Alfândegas.

Quando o oficial das Alfândegas que tiver aplicado uma penalidade a qualquer pessoa ao abrigo desta portaria não puder cobrar a importância em dívida em relação as mesmas mercadorias poderá informar:

(a) No caso de se tratar dum residente de Goa, Damão e Diu, ao Juízo das Execuções Fiscais da localidade em que a mesma pessoa residir, o nome e a residência da dita pessoa, e enviar uma certidão mencionando a importância da multa a ser cobrada; o Juízo das Execuções Fiscais procederá, então, a cobrança da mesma importância, de harmonia com a lei.

(b) Noutros casos, a qualquer juiz com jurisdição sobre a área em que a mesma pessoa residir ou ficar situada qualquer propriedade a ela pertencente, o nome e a residência da dita pessoa, e a importância da multa a ser cobrada; o juiz procederá, então, a cobrança da mesma importância como se tratasse de uma multa aplicada por ele mesmo.

12. Esta portaria entrará em vigor com efeito imediato, a partir da data da sua publicação no *Boletim Oficial*.

O GOVERNADOR-TENENTE

T. Sivasankar

Pangim, 3 de Dezembro de 1962.

ORDER

In exercise of the powers conferred upon me, by clause 2, of the Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962, and notwithstanding anything to the contrary contained in any law, for the time being in force within this territory, I make the following order:

1. Art. No. 252 of the «Código do Registo Civil» is hereby altered and shall read as follows:

«A declaração poderá ser feita verbalmente pela própria pessoa obrigada a fazê-la ou por outra de seu mando verbal ou escrita, ou por documento assinado e datado pelo declarante e será corroborada com o certificado de óbito, assinado por facultativo legalmente habilitado, na conformidade dos modelos sanitários, e, quando absolutamente não possa fazer-se esta intervenção profissional, por um atestado do regedor, ou do funcionário que o vier a substituir ou por qualquer membro do Gram Panchayat afirmando que verificou pessoalmente o óbito, podendo o funcionário do registo civil, neste último caso, ou quando faltarem o certificado e o atestado, transportar-se ao lugar onde o cadáver se encontrar, para se informar da morte e dos mais esclarecimentos necessários ao registo».

2. The Order No. GAD/2857/62/9259 dated 17th July, 1962, is hereby repealed.

THE LIEUTENANT GOVERNOR

T. Sivasankar

Panjim, 11th December, 1962.

ORDER

In exercise of the powers conferred upon me by clause 2 of the Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962, and notwithstanding anything contained in any law for the time being in force within this Territory I hereby order that clause 3 of the Order n.º GAD/74/62/15251, dated 9th October, 1962, is hereby repealed and shall read as follows:

3. All tenants of paddy fields shall be entitled to a reduction of 20% in the rent payable by them to the landlords whether it is paid in cash or in kind.

THE LIEUTENANT GOVERNOR

T. Sivasankar

Panjim, 11th December, 1962.

ORDER

In exercise of the powers conferred by the Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962, and notwithstanding anything to the contrary contained in any law for the time being in force within this territory, I hereby order that clause (c) of Article 43 of the Portaria n.º 4409 dated 22nd May, 1947 shall read as follows:

«(c) Participar imediatamente às autoridades administrativa e policial os factos criminosos de que tiver notícia e coadjuvar as mesmas na descoberta dos criminosos;»

THE LIEUTENANT GOVERNOR

T. Sivasankar

Panjim, 11th December, 1962.

Portaria

No uso das faculdades que me são conferidas pelo n.º 2 de «The Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962», e sem embargo do disposto em qualquer lei presentemente em vigor neste território, determino o seguinte:

1. É alterado o artigo 252.º do Código do Registo Civil, que passará a ter a seguinte redacção:

«A declaração poderá ser feita verbalmente pela própria pessoa obrigada a fazê-la ou por outra de seu mando verbal ou escrita, ou por documento assinado e datado pelo declarante e será corroborada com o certificado de óbito, assinado por facultativo legalmente habilitado, na conformidade dos modelos sanitários, e, quando absolutamente não possa fazer-se esta intervenção profissional, por um atestado do regedor, ou do funcionário que o vier a substituir ou por qualquer membro do Gram Panchayat afirmando que verificou pessoalmente o óbito, podendo o funcionário do registo civil, neste último caso, ou quando faltarem o certificado e o atestado, transportar-se ao lugar onde o cadáver se encontrar, para se informar da morte e dos mais esclarecimentos necessários ao registo».

2. É revogada a Portaria n.º GAD/2857/62/9259, datada de 17 de Julho de 1962.

O GOVERNADOR-TENENTE

T. Sivasankar

Pangim, 11 de Dezembro de 1962.

Portaria

No uso das faculdades que me são conferidas pelo n.º 2 de «The Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962», e sem embargo do disposto em qualquer lei presentemente em vigor neste território, revogo o artigo 3.º da Portaria n.º GAD/74/62/15251, datada de 9 de Outubro de 1962, a qual passará a ter a seguinte redacção:

3. Os arrendatários das várzeas terão direito a um desconto de 20% sobre a renda pagável por eles aos proprietários, quer a mesma seja paga em dinheiro, quer em género.

O GOVERNADOR-TENENTE

T. Sivasankar

Pangim, 11 de Dezembro de 1962.

Portaria

No uso das faculdades que me são conferidas pelo n.º 2 de «The Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962», e sem embargo do disposto em qualquer lei presentemente em vigor neste território, determino que a alínea c) do artigo 43.º da Portaria n.º 4409, de 22 de Maio de 1947, passe a ter a seguinte redacção:

«(c) Participar imediatamente às autoridades administrativa e policial os factos criminosos de que tiver notícia e coadjuvar as mesmas na descoberta dos criminosos;»

O GOVERNADOR-TENENTE

T. Sivasankar

Pangim, 11 de Dezembro de 1962.

Notification

ELN/VPT/62/8338

In exercise of the powers confirmed by section 64 of the Goa, Daman and Diu Village Panchayat Regulation 1962, The Lieutenant Governor Goa, Daman and Diu directs that the following amendment shall be made and shall be deemed always to have been made in the Goa, Daman and Diu Village Panchayat Regulation, 1962 namely:

After section 7 (4) the following shall be inserted namely:

(4 A) «When the members elected are unable to coopt a woman member, the matter shall be referred to the Lieutenant Governor who shall as soon as possible appoint from the women qualified to be elected, such woman member and the woman so appointed shall be deemed to have been duly elected».

THE LIEUTENANT GOVERNOR

T. Sivasankar

Panjim, 27th November, 1962.

Despacho

ELN/VPT/62/8338

No uso das faculdades conferidas pelo artigo 64.º da Lei de Panchayats Aldeanos de Goa, Damão e Dio, 1962, o Governador-Tenente de Goa, Damão e Dio determina a seguinte alteração, que deve ser considerada como tendo sido introduzida desde o início, na Lei de Panchayats Aldeanos de Goa, Damão e Dio, 1962.

A seguir ao artigo 7 (4), será acrescentado o seguinte:

(4 A) «Quando os membros eleitos não puderem escolher uma mulher como membro, o assunto será submetido ao Governador-Tenente, que nomeará, logo que seja possível, dentre as mulheres elegíveis, uma mulher como membro, devendo a mesma ser considerada como tendo sido devidamente eleita».

O GOVERNADOR-TENENTE,

T. Sivasankar

Pangim, 27 de Novembro de 1962.